

coleção PARLAMENTO

DICIONÁRIO DE
HISTÓRIA DA
I REPÚBLICA E DO
REPUBLICANISMO
VOLUME II: F-M



FICHA TÉCNICA

Título **Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Volume II – F-M**

Coordenação científica

Ana Paula Pires (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Carlos Cordeiro (Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores)

David Luna de Carvalho (Centro de Estudos de História Contemporânea do ISCTE)

Ernesto Castro Leal (Centro de História da Universidade de Lisboa)

Hélder Adegar Fonseca (NICPRI – Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais)

Manuel Loff (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Paulo Fontes (Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa)

Rui Ramos (Instituto de Ciências Sociais)

Vitor Neto (Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra)

Coordenação geral

Maria Fernanda Rollo (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa)

Edição Assembleia da República – Divisão de Edições

Revisão e índices **Assembleia da República – Divisão de Edições** (Conceição Garvão, Fernando Sequeira, Maria da Luz Dias, Noémia Bernardo, Paula Crespo, Susana Oliveira, Teresa Fonseca)

Capa e design Nuno Timóteo

Paginação e pré-impressão **Textype** e **Ana Rita Charola**

Impressão **Rainho & Neves, Lda**

Tiragem 600 exemplares

ISBN 978-972-556-556-8 (obra completa)

ISBN 978-972-556-558-2 (volume II)

Depósito legal 366 586/13

Lisboa, abril 2014

© Assembleia da República

Direitos reservados nos termos do artigo 52.º da lei n.º 28/2008, de 30 de julho.

www.parlamento.pt

ÍNDICE GERAL

Introdução	7
Textos (F-M)	11
Índices	1115
Índice de textos	1117
Índice de autores	1123
Índice de entidades	1127
Índice de publicações periódicas	1143
Índice geográfico	1153
Índice onomástico	1159

Bibliografia: *Diário do Governo, Diário da Câmara dos Deputados*, Direção-Geral da Administração Política e Civil; PERDIGÃO, José de Azeredo, «A indústria em Portugal (notas para um inquérito)», in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, Vol. III, 1916, p. 5-192; MARQUES, A. H. de Oliveira, e ROLLO, Fernanda, «O surto industrial», in *Portugal da Monarquia para a República*, (coord.) A. H. de Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Vol. XI, Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 115-145; PIRES, Ana Paula, *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a economia de guerra*, Caleidoscópio, 2011; ROLLO, Maria Fernanda, «Engenharia e História: percursos cruzados», in *Engenho e Obra. Uma abordagem à História da Engenharia em Portugal no Século XX*, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo, coord. J. M. Brandão de Brito, Dom Quixote, Lisboa, 2002, p. 30-55; ROLLO, Maria Fernanda, «Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema», «Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso» e «Economia e inovação: derivações em cenário de crise», in *História da I República*, coordenação com Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 27-42, 229-244 e 523-534.

[Maria Fernanda Rollo]

INDÚSTRIA. IMPRENSA / JORNAIS E REVISTAS

A República de 5 de Outubro de 1910 propagou-se informativamente, pelo país e pelo estrangeiro, graças à capacidade da indústria do papel, da atividade empresarial organizada dos jornais nacionais (Lisboa, Porto, Coimbra) e pela imensa profusão de títulos que existiam em circulação pelo Portugal regional e local. Para o estrangeiro, as notícias foram veiculadas por via da indústria transformadora do papel e da gestão empresarial, e graças, fundamentalmente, ao desenvolvimento tecnológico que possibilitou a intervenção do telégrafo. É consensual pelos historiadores económicos que a indústria em Portugal despontava no último quartel do século XIX, estabelecendo ligação direta com a sociedade, através da necessidade de fazer circular informação publicitária. De facto, a história dos anúncios e da publicidade na imprensa em geral, nos jornais e nas revistas de divulgação cultural, de popularização e de informação científica, reflete a estreita ligação entre um setor produtivo diversificado e a apetência de sedução que as páginas de anúncios exibiam.

Aparelhos científicos, camas em ferro, higiénicas e propícias para serem usadas em contextos de perfeito ambiente de saúde pública onde não faltava elixir, reconstituintes para anemias, águas termais, pós-digestivos, pasta de dentes, consultórios médicos de diferentes especialidades ou outros produtos de uso pessoal, encontravam-se nas páginas do *Diário de Notícias*, por exemplo, mas também no suplemento de *A Medicina Contemporânea*, constituído exclusivamente por anúncios. O mesmo raciocínio é seguido para procurar locais – no Portugal metropolitano e no Portugal colonial (refira-se o caso da *Revista Mensal Ilustrada*, Luanda, 1923) – onde se vendia instrumentação científica: para o campo da ótica, da fotografia, para os gabinetes de clínica médica, para os laboratórios de análises, para evidenciar as maravilhas entre a associação da química e da agricultura. Assim, a imprensa, no geral, desde que tivesse publicidade, mostrava um padrão de produção e de consumo que se alargava pela

imprensa informativa de Lisboa, do Porto e de Coimbra, e chegava, por círculos informativos, à província. Neste universo cruzava-se um elevado número de jornais e de revistas culturais e de especialização científica que circulavam entre cientistas, público letrado e intelectual, entre academias e associações, entre empresas de produtos de farmácia, saúde pública e higiene, de aparelhos de física e de produtos químicos a aplicar à indústria médica e farmacêuticos, ou aos laboratórios de preparações biológicas e histológicas. Igualmente, os aparelhos de Raio-X eram popularizados na publicidade da imprensa generalista e informativa.

Temos, pois, de criar histórica e culturalmente elos de ligação entre «indústria» e imprensa, em contexto de revistas e jornais culturais e científicos, pontes com as entradas de Cientistas, Sociedade, Congressos e Exposições e Associações e Sociedades Científicas. Os instrumentos de trabalho que existem para esta área de imprensa, editados no final do século XIX e já no século XX, são de tal forma avassaladores em termos de informação, que não existe dúvida que a atividade da imprensa beneficiava do desenvolvimento industrial e tecnológico do parque produtivo de tipografias, tintas, edições e capacidade de publicar textos acompanhados de imagens, fotografias cada vez mais banalizadas a partir da data simbólica de 1900. Uma imagem vale mil palavras, o que implicava a organização de uma retaguarda de produção e uma organização de trabalho que colocava o âmbito da imprensa profissional em Portugal no campo de um setor já industrializado, e não fruto do amadorismo ou da mera intervenção cívica dos cidadãos, como acontecia nas primeiras décadas do liberalismo (SOUSA, 1987).

Saindo do palco da imprensa informativa, entremos na imprensa cultural e científica, para se entender que também aqui era necessário haver uma ágil organização de uma produção em série (e rápida) para justificar a enorme quantidade de títulos, de números e de fascículos que todos os anos iam circulando pela sociedade portuguesa, alimentando um caldo cultural e científico que tinha, por vezes, encontros marcados com debates políticos, polémicas científicas, opções de modernidade científica e ideológica. Refira-se, como meros exemplos, o caso de *Sol Nascente*, *Diabo*, *Vértice*, *Seara Nova*, o *Pensamento*, a *Revista de Guimarães*, *Brotéria*, *A Águia*, *Renascença*, boletins de associações e sociedades culturais e filantrópicas.

Na viragem do século XIX para o XX, a área temática da agricultura beneficiou das potencialidades da «indústria do papel» para poder publicitar produtos, ideias, doutrinas agrárias e muita publicidade agronómica, num país marcado pela ruralidade. Refiram-se alguns exemplos que já tinham vivências culturais antes da República e que se mantiveram após a sua implantação, ou outros que emergiram da institucionalização científica da formação específica da agricultura: *Boletim da Associação Central da Agricultura Portuguesa*, *União Central dos Agricultores Portugueses* (1899), *Boletim do Real Sindicato Agrícola de Évora* (1901), *Revista de Medicina Veterinária*, *órgão da Sociedade Portuguesa Veterinária* (1902), *Revista Agronómica*, *publicação da Sociedade de Ciências Agronómicas* (1903) *Boletim da Sociedade Broteriana* (1907), *Agros*, *Boletim da Associação dos Estudantes do Instituto Superior de Agronomia e periódico de propaganda agrícola* (1917), *Boletim Agrícola Mensal do Posto Fixo, autónomo da Herdade da Mitra* [Évora] (1917), *Anais do Instituto Superior de Agronomia* (1920).

Há, de facto, um vasto território de novas publicações periódicas que povoam o espaço público republicano: imprensa literária, imprensa cultural e imprensa científica especializada, para além de um rol enorme de títulos de jornais políticos, de classe, informativos, nacionais, regionais e locais. Um progressivo aumento exponencial ao longo das três primeiras décadas do século XX, de acordo com a informação estatística dos *Anuários Estatísticos* (SOUSA, 1987, 29-30).

No entanto, além destas publicações, temos de referir outros títulos científicos e culturais, de longa duração e grande persistência, que se cruzavam no espaço de sociabilidade e de debate público com várias destas revistas e jornais. Folhear as revistas de longa duração como o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* e *A Medicina Contemporânea* equivale a tomar contacto com os ex-libris dos periódicos médicos portugueses no seu duplo papel. Nestas duas publicações emblemáticas para o tempo da República, encontramos um jogo de reciprocidade em espelho: um assunto lavrado em ata no seio da Sociedade de Ciências Médicas aparecia comentado nas páginas de *A Medicina Contemporânea*, tal como o *Jornal da Sociedade* remetia para o arquivo de referência que constituía o conjunto dos artigos dos médicos que colaboravam, da *Ilustração Portuguesa*, no *Diário de Notícias*, no *Primeiro de Janeiro* ou nas colunas de *O Século*.

Aos títulos já anteriormente citados juntamos outros, emblemáticos da época e que ajudavam a engrossar a indústria tipográfica e de consumo de papel na I República: *O Instituto*, da Universidade de Coimbra, e o *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, a partir de 1913 sob a direção da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Na capital, há que destacar ainda os seguintes títulos: *Arquivos do Instituto Central de Higiene*, *Arquivos do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana*, *Arquivos do Instituto de Medicina Legal*, *Arquivos de Higiene e Patologia Exóticas*, publicações ativas já em 1911. O aparecimento do *Boletim da Associação dos Médicos Portugueses* (1918) como órgão da Associação dos Médicos Portugueses, sob a direção de Ayres Kopke, reforça a ideia de que a comunidade médica em Portugal, com a República, ganhou um impulso de organização científica plasmada também na produção de periódicos médicos de interesse corporativo, científico e informativo. Junte-se os médicos que publicam também nos seguintes títulos: *Imprensa Médica*, *Revista Portuguesa de Medicina e Cirurgia*, *Lisboa Médica*, *Jornal do Médico*, *O Médico*, *Ação Médica*, *Notícias Farmacêuticas* ou ainda o *Boletim da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra* para termos uma noção aproximada do imenso lastro de popularização, difusão e transmissão de ideias protagonizado pela comunidade médica: um vasto setor de imprensa especializada – de diferentes tipologias, objetivos e diferentes franjas de público – que galvanizava a atividade editorial de tipografias, de editoras e de atividade publicitária e comercial.

Se médicos e farmacêuticos tinham um peso muito grande no setor produtivo de publicações científicas, devemos também aqui referenciar outras publicações que cobriam áreas técnico-científicas: *Revista de Obras Públicas*, *Anais do Clube Militar Naval*, *Jornal de Ciências Matemáticas e Astronómicas*, *Revista de Ciências Militares*, *Revista de Engenharia Militar*, *Revista de Estudos Científicos*, *Revista de Portugal e Brasil* e ainda a *Revista de Química Pura e Aplicada* e, posteriormente, a *Revista Portuguesa de Química*.

Um relevo ainda para os periódicos que obtinham fortes contributos da matemática, na primeira metade do século XX: *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*, *O Instituto* e mais tarde a *Portugaliae Matematica* (1937) que complementavam o pacote científico das publicações de física e de astronomia anteriormente referenciadas. Finalmente, aqueles que se dedicaram aos estudos militares, o que apenas ocorreu entre cientistas que fizeram carreira militar, encontraram na *Defesa Nacional* e, sobretudo, na *Revista Militar* os principais periódicos divulgadores dos seus trabalhos e do labor de aplicação técnica na sociedade.

No campo das Ciências Naturais e da Biologia – que se cruzava com as notícias oficiais, científicas e institucionais publicadas pela imprensa profissional e informativa –, devemos destacar, no âmbito da antropologia e etnologia, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, *Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal*, *Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto*, *Contribuições para o Estudo da Antropologia Portuguesa*, *Atualidades Biológicas*, *Arquivos Portugueses de Ciências Biológicas*, *Revista Portuguesa de Zoologia e Biologia Geral*.

Na pequena escala geográfica do Portugal republicano percebemos que há duas grandes linhas de mapeamento mental para a produção de títulos de imprensa: revistas e jornais. Em primeiro lugar, as três cidades da centralidade do poder político, cultural e científico, Lisboa, Porto e Coimbra, tendo cada um destes pólos uma capacidade de estender o seu raio de ação num círculo geograficamente aproximado, desde que existisse uma sociedade ou associação, ou núcleos de representantes da intelectualidade científica e cultural. Em segundo lugar, a imprensa regional e local, que publicava referências, notícias, fotografias de grandes acontecimentos nacionais e internacionais da vida cultural e científica da época, ou mesmo a reprodução de anúncios publicitários a produtos e a casas comerciais importados da centralidade do eixo Lisboa – Coimbra – Porto, ou mesmo anunciando casas internacionais. O que significa uma capacidade organizativa da indústria jornalística, enquanto setor produtivo num Portugal republicano que era ainda fortemente ruralizado.

O império, as colónias, sobretudo as cidades de Luanda, Lourenço Marques, Macau e Goa, entravam também nesta espiral de publicações informativas, recreativas, culturais e científicas, estas últimas apresentando-se como publicações com a chancela do Estado português.

Traço de união a todo este universo de imprensa: a generalização e a banalização da publicidade, como um fortíssimo veículo de grande impacto mediático público de inúmeras mensagens de modernidade, de progresso, de civilidade e de consumos privados e coletivos: um canal de informação e de popularização de ideias, de práticas individuais e coletivas. Uma forma, também, de fazer aproximar o Portugal republicano da Europa, do mundo da época!

Bibliografia: FITAS, A., RODRIGUES, M., NUNES, M. F., *Filosofia e história da ciência em Portugal no século XX*, [Lisboa], Caleidoscópio, 2008; LEMOS, Mário Matos e, *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário, nota de apresentação*: I. Vargues, Coimbra, Ceis20, [2008]; SOUSA, José Maria Motta, VELOSO, Lúcia M. M., *História da imprensa periódica portuguesa. Subsídios para uma bibliografia*, Coimbra, BGUC, 1987.

[Maria de Fátima Nunes]